

# A PREP, O HIV E AS TÁTICAS DE TECNOBIODESOBEDIÊNCIA

LA PREP, EL VIH Y LAS TÁCTICAS DE TECNOBIODESOBEDIENCIA

THE PREP, THE HIV AND TECHNOBIODESOBEDIENCE TACTICS

Atilio Butturi Junior\*

Nathalia Muller Camozzato\*\*

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: O presente artigo parte das discussões sobre o conceito de desobediência, de Frederic Gros, tensionando seus limites no que tange ao tecnobiodiscursivo e às implicações do conceito de vida, tecnovida, raça e gênero. A partir daí, objetiva realizar uma análise da “tecnobiodesobediência” no dispositivo crônico da aids do Brasil, tomando como corpus de análise os enunciados sobre a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e as práticas de PrEP sob demanda. Nota-se que há uma agonística entre uma série de corporalidades e subjetividades marcadas pelo par controle-liberdade do regime farmacopolítico, por um lado, e as táticas de produção de si e de invenção dos prazeres (*on demand*), por outro.

PALAVRAS-CHAVE: PrEP. Dispositivo crônico da aids. Tecnobiodesobediência.

RESUMEN: Este artículo parte de las discusiones sobre el concepto de desobediencia, de Frederic Gros, tensando sus límites respecto a la tecnobiodiscursividad y las implicaciones del concepto de vida, tecnovida, raza y género. A partir de ahí, se pretende realizar un análisis de la “tecnobiodesobediencia” en el dispositivo de SIDA crónico en Brasil, tomando como corpus de análisis las declaraciones sobre la Profilaxis Pre-Exposición (PrEP) y las prácticas de PrEP a la carta. Se constata una agonística entre una serie de corporalidades y subjetividades marcadas por el par control-libertad del régimen farmacopolítico, por un lado, y las tácticas de autoproducción e invención de placeres (*on demand*), por otro.

PALABRAS CLAVE: PrEP. Dispositivo SIDA crónico de SIDA. Tecnobiodesobediencia.

ABSTRACT: This article starts from the discussions on the concept of disobedience, by Frederic Gros, tensing its limits in terms of the technobiodiscursive and the implications of the concept of life, techno-life, race and gender. From there, it aims to perform an analysis of “technobiodesobediencia” in the chronic AIDS device in Brazil, taking as its corpus of analysis the statements about Pre-Exposure Prophylaxis (PrEP) and PrEP practices on demand. It is noted that there is an agonistic between a series of corporalities

---

\* Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC e líder do Grupo de Pesquisa no Campo Discursivo (CNPq | UFSC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq (PQ2), processo 304252/2019-0. E-mail: [atilio.butturi@ufsc.br](mailto:atilio.butturi@ufsc.br)

\*\*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, bolsista de doutorado FUMDES-UNIEDU. Membro do Grupo de Pesquisa no Campo Discursivo. E-mail: [nathaliacmrevisao@gmail.com](mailto:nathaliacmrevisao@gmail.com).

and subjectivities marked by the control-freedom pair of the pharmacopolitical regime, on the one hand, and the tactics of self-production and invention of pleasures (on demand), on the other.

KEYWORDS: PrEP. Chronic AIDS apparatus. Technobiodesobediência.

## 1 INTRODUÇÃO

Começamos este artigo com a transcrição de uma fala do capitão Jair Bolsonaro, de 5 de fevereiro de 2020, na saída do Palácio da Alvorada: "[...] A gente quer ajudar a combater. Uma pessoa com HIV, além de um problema sério para ela, é uma despesa para todos no Brasil." (BOLSONARO *apud* COLETTA, 2020). No enunciado sobre a seriedade, o presidente – que tratava a própria Covid-19 com certa indiferença –, insiste no “problema” e na economia do país. O hiv e a epidemia da aids, segundo a estratégia do bolsonarismo, parecem recuperar não apenas memórias discursivas, mas parecem apontar para uma forma de produção de práticas, via silenciamento ou amplificação discursiva de uma nova moralidade e de uma nova distribuição da vida e da morte – que passa por estratégias tão distintas quanto a redução do espaço nas políticas públicas ou a materialização de enunciados sobre o pecado, a moral e a “família tradicional”.

Neste artigo, não pretendemos nos deter nos deslocamentos trazidos com a guinada ultraconservadora e supostamente ultraliberal-petencostal (ANDERSON, 2019; LAZZARATO, 2019). Interessa-nos, porém, tomar essa nova configuração dos poderes como ponto de articulação de novas formas de governo que dizem respeito ao capitalismo neoliberal avançado que, conforme Braidotti (2016, p.43), passam pelos corpos vivos, mas são da ordem de uma biopolítica ampliada: “*bio-zoé-techno-body*”. Dito de outro modo, nosso platô é aquele de uma relação entre as formas contemporâneas de governo e a produção de subjetividades e corporalidades marcadas por regimes de exceção e de criação em que a própria noção de vida – cara aos estudos foucaultianos – se estabelece.

Voltaremos a esta discussão ainda neste texto. É a partir dela que elegemos nosso objeto de problematização, a saber, os discursos acerca da PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) e da PrEP sob demanda que se materializam em uma página do Facebook, o Fórum PrEP Brasil (2021). Nosso objetivo é descrever o jogo discursivo que se estabelece entre, por um lado, a bioescese e as memórias do hiv e da aids quanto às modalidades de produção da exceção e da abjeção de certos sujeitos e certas práticas de prazer e, por outro lado, as práticas de desobediência, conforme lidas por Gros (2018) e repensadas por nós – tendo em vista os debates sobre corpo, raça, gênero e tecnologias que travamos com o autor francês e que denominamos de tecnobiodesobediência.

A PrEP aparece, nesse caso, como um modelo pós-humano para o enfrentamento do hiv, na medida em que contempla relações farmacopornográficas marcadas (BRAIDOTTI, 2016; PRECIADO, 2008) e, no mesmo movimento, produz espaços de invenção de si techno-corporais para seus usuários. No Brasil, tem sido distribuída desde 2017. Trata-se de uma das estratégias de prevenção combinada oferecida pelo Ministério da Saúde, pautada em um protocolo de ingestão diária de uma pílula (tenofovir + entricitabina) que impede a infecção pelo hiv – para relações anais, em sete dias; para relações vaginais, em vinte dias, segundo consta no site do Ministério da Saúde (BRASIL, 2021).

O modelo de prevenção combinada ancora-se em várias práticas e discursos, que dizem respeito à testagem, ao tratamento como prevenção (a distribuição da Terapia Antiretroviral – TARV) e às formas de prevenção, que passam pelo preservativo, mas que têm sido ampliadas por duas modalidades: a PEP (Profilaxia Pós-Exposição, iniciada em 1999 no Brasil – para profissionais de saúde) e a PrEP, sobre a qual nos deteremos, resultado de pesquisas que se iniciam na década de noventa do século XX (com a possibilidade de impedir a infecção horizontal de recém nascidos) e das diversas lutas por direitos estabelecidas pelas *Pessoas que vivem com hiv* (PVHIV). Conforme Terto Jr. e Raxach (2018, p.7), a PrEP é parte de uma série de dispositivos farmacológicos que se marcavam, para além da prevenção, pela resistência diante da promiscuidade desde a fase de pesquisas: “Alguns médicos diziam que não falariam (e não falam) sobre estas novidades com seus pacientes, ou seja com as pessoas vivendo com HIV/AIDS, manifestando receio de causar um efeito ‘desinibitório’ que levaria ao abandono do uso do preservativo e a comportamentos de risco”.

Ferrari (2017) analisa a emergência de discursos conservadores na mídia brasileira desde o início das pesquisas sobre PrEP, por volta de 2010. Em colunas do jornalista Reinaldo Azevedo, ele faz notar a presença constante da relação entre a PrEP e os comportamentos promíscuos, que tenderiam a crescer com a adoção da profilaxia. É nessa ambiguidade entre uma oferta de prevenção eficaz e os discursos da promiscuidade e do risco que a PrEP se desenvolve. O Governo Federal lançou mão do enunciado “populações-chave” para delimitar aqueles que, por meio de discursos estatísticos, seriam os usuários indicados: “Gays e outros homens que fazem sexo com homens (HSH); Pessoas trans; Trabalhadores(as) do sexo.” (BRASIL, 2021). Certamente, há uma série de estudos que apontam a incidência de hiv entre esses grupos; entretanto, é na polivalência dos enunciados de prevenção que, como na década de oitenta e de noventa com os 4H (CAMARGO JR., 1994), estamos diante de modalidades de sujeito e de corporalidades mais perigosas, a controlar.

Essa ambiguidade pode ser aproximada de outra, que discutiremos adiante: a de uma suposta libertação do sexo sob a condição de adesão ao farmacopoder, como descreve Preciado (2015). No interior dessas tensões, a PrEP aqui vai ser lida em uma modalidade de uso “inventiva”: a PrEP sob demanda. Discutida na literatura médica internacional, ela consiste em “[...] tomar dois comprimidos de 2 a 24 horas antes do sexo, tomar um único comprimido 24 horas após os dois primeiros e outro comprimido 24 horas depois” (AGÊNCIA AIDS, 2020). No Brasil, o uso sob demanda não está descrito nos protocolos de prevenção e, assim, tomaremos as “práticas sob demanda” como modalidades de tecnobiodesobediência sob dois aspectos: diante da norma pública, que se oblitera; diante do farmacopoder, como técnica de gestão mas, ainda, como possibilidade de cuidado de si e invenção, por um lado, e pela retomada da moralidade pública para as homossexualidades masculinas, por outro.

Para travar nossa discussão, na seção *A desobediência e seus hífen*s, tomaremos a letra de Gros (2018) e solicitaremos, dada a complexidade de nosso objeto, uma espécie de expansão teórico-prática do conceito de desobediência, apontando seus limites na tecno-materialidade. Adiante, na seção *Os empesteados*, descrevemos os enunciados centrais do dispositivo crônico da aids e sua relação com a produção da alteridade perigosa – notadamente homossexuais masculinos e mulheres trans. Por sua vez, a seção *Xs Prepeirxs* produz uma descrição do jogo tecnobiodiscursivo que tem lugar no Fórum PrEP, encerrando o texto com proposições analíticas.

## 2 A DESOBEDIÊNCIA E OS HÍFENS

Nossa tarefa inicial, a fim de perscrutar o funcionamento discursivo materializado nos posts do *Fórum PrEP*, é descrever um ponto de vista teórico-analítico, a saber, um conceito de desobediência que, a um só tempo, dialogue com Gros (2018) e seja capaz de entender as modalidades de desobediência que implicam relações de gênero, de sexualidade, de raça e, nesse cadinho, façam pensar na produção tecnobiodiscursiva dos sujeitos e de seus enunciados.

Iniciamos, pois, com Gros. O autor propõe uma revisão genealógica de diferentes tomadas filosóficas da obediência e sua antípoda necessária, a desobediência (ou vice-versa). Seu *Desobedecer* (2018) se compõe de diferentes ensaios que, desde uma compreensão foucaultiana, buscam alinhar a des/obediência a uma prática ética de si – o sujeito em sua reflexividade. Gros (2018) solicita, assim, um sujeito produzido na fratura de sua própria responsabilidade/desresponsabilização, condição de emergência de um sujeito que compreenda a si como um eu indelegável, o “si insubstituível”. A proposta, como o próprio autor pontua, está ancorada em duas leituras foucaultianas: a da *epimeleia heautou* socrático-platônica e a saída da minoridade kantiana.

Em uma análise que atravessa as categorias de submissão, subordinação, conformismo, consentimento, obrigação, rebelião, resistência, transgressão, desobediência civil, objeção de consciência e dissidência cívica, Gros interroga: “Por que obedecemos?”, ou melhor, “Por que obedecemos tanto?”. Os argumentos que explicariam a obediência das populações diante daquilo que submete, violenta e infantiliza, das injustiças e coações, de modo geral – argumentações que geralmente versam sobre a insustentabilidade da desobediência em um regime neoliberal que acentua as modalidades de submissão, sobre relações hegemônicas de poder, sobre pequenas tiranias espalhadas pelo tecido social e, ainda, os imperativos sociais nas homogeneizações (imperativos de obediência, para ele) que procedem – são escrutinados, ou, nas palavras de Gros (2018), “desmistificados”.

É nesse gesto de desmistificação que Gros mobiliza a responsabilidade – a própria consciência do sujeito de que é insubstituível no lugar que ocupa e aquilo que torna seus fazeres indelegáveis, uma viragem ética, portanto – como um dos vértices da desobediência e como uma antítese da desresponsabilização que a obediência, afinal, proporciona: “[...] agir, executar, realizar, na certeza de que, em tudo o que faço, o si não intervém, que não sou o autor de nada do que o corpo realiza, do que o espírito calcula” (GROS, 2018, p. 110). Em outras palavras, a responsabilidade, em Gros, é tida como a resposta que o sujeito dá ao presente em suas demandas e contingências, entendendo-se que tal resposta é singular, insubstituível e indelegável. Tal responsabilidade, como um processo de subjetivação, está profundamente ligada, portanto, às práticas de si de um si que não aponta para consistência alguma, um si “manco” (GROS, 2018), que estremece e que carrega fardos em sua relação com o mundo e com o outro. “Deslocado, indelegável, insubstituível, você deve cuidar do que só você pode fazer: pensar, julgar, desobedecer e ajudar” (GROS, 2018, p.216). O pensamento crítico, nesse sentido, está para a obediência a si como condição para a desobediência. O nível de resistência solicitado pela tarefa, para o filósofo, é o que torna tão temíveis a desobediência e o desejo de liberdade – como uma disposição ética.

Então, vejamos: é na ética socrático-kantiana, como dissemos, que aparecerão as possibilidades de des/obediência, que emergem ao longo do texto: (i) a promessa de revolta imbricada na submissão, revolta que se materializaria, por exemplo, em uma articulação de uma obediência mínima, calculada; (ii) a amizade, em sua relação ética de um-para-um como estratégia de criação de comunidade a partir de redes heteróclitas, plurais e dispersas, espessuras resistentes à tirania e à produção do sujeito conformado; (iii) a desobediência/dissidência civil como forma de, coletivamente, fazer frente a um pacto social que impõe consentimento, aceitando apenas, nos termos de Hannah Arendt, “fazer sociedade”; e, por fim, (iv) a objeção de consciência, a vigilância crítica, a tomada de responsabilidade e as práticas de si (no sentido de *epimeleia heautou* ou a saída da minoridade) como alavancas de desobediência nos limites dos deslocamentos possíveis – não se trata, como Gros salienta, no final do escrito, de um “si soberano”.

Ora, é justamente de algo “como esse em si indelegável” (GROS, 2018, p.216) que conformaria uma política da desobediência – e que reside sobremaneira na quarta forma de desobediência acima listada. Aqui, estamos pensando nas formas que a *epimeleia heautou* inaugurou em sua relação com o corpo, notadamente na genealogia cínica de Foucault. Em *A Coragem da Verdade*, quando discute dois textos platônicos, *Alcebiades* e *Laques*, Foucault (2011) faz notar a diferença entre uma metafísica no primeiro e uma estilística da existência no segundo. É justamente nesse deslocamento que se inicia no *Laques* que ele vê se materializar a possibilidade de uma ética e que, mais tarde, cria um nó entre cinismo, estética da existência e *parrêsia*. Esse nó implica a vida cínica – desmesurada e selvagem, de um corpo perigoso tornado público e escandaloso – e a produção da verdade e da ética. Nos termos de Gros (2018), uma vida que desobedece, um corpo que se produz politicamente como uma afronta e uma invenção. Em Foucault (2011) – na aula de 29 de fevereiro –, uma nova modalidade cínica, a da “bios como aleturgia” (FOUCAULT, 2011, p.158).

Tendo em vista o *Desobedecer* e a genealogia cínica, voltemo-nos ao nosso objeto de discussão, o *Fórum PrEP*, e pensemos nas relações entre biopolítica, soropositividade e sexualidades perigosas. Nosso questionamento, a partir do enunciado “PrEP sob demanda”, é pensar os limites da descrição da desobediência de Gros (2018) segundo a biopolítica inscrita em Foucault. Assim, se tomamos os enunciados cometidos no *Fórum PrEP* como uma possível prática de si des/obediente no interior de um dispositivo, precisamos incluir no escopo dessa problematização uma dobra: uma leitura dissidente, nossa leitura insubstituível e indelegável do texto de Gros (2018), considerando: como é possível pensar as práticas de responsabilidade, desobediência, mínima obediência e o desejo de liberdade que lhe seria consequente em um corpo já dissidente de gênero, em um corpo patologizado, racializado, não masculino, não cisgênero, não heterossexual, anormal, cuja sexualidade é remetida à delinquência (FOUCAULT, [1975] 2018)? Quais riscos são implicados e suportados na desobediência, quais são as possibilidades de desobediência, mesmo a mínima? De que liberdade se trataria?

A diáde obediência/desobediência em Gros estaria, então, para ontologia e poderíamos apenas transpô-la a diferentes tempos, regimes, dispositivos, técnicas, corpos e subjetividades? Partindo do corpo ficcional de Antígona, passando pelo corpo autárquico de Thoreau e pelos corpos-sujeitos desresponsabilizados por seu trabalho no Terceiro Reich, é possível cruzar o Atlântico em direção ao sul e chegar aos corpos gênero dissidentes, periféricos, racializados, suas técnicas de si e suas sorologias, as táticas a partir das quais criam comunidade? Outra pergunta se assomaria a esta: para além do “si”, a quê(m) se obedece e se desobedece? Quando e onde se obedece e se desobedece? Quando Gros (2018) coloca a história e a geografia – em suas espessuras, contingências e acidentes – em suspenso, parece-nos também ficar em suspenso, em última instância, a imanência do corpo e, particularmente, esses

corpos de que falamos aqui: do lado de lá do fazer viver da biopolítica e, especialmente, os corpos cuja vida não é passível de luto (BUTLER, 2015). Nesse sentido, se a des/obediência de Gros – seja como submissão mínima, dissidência civil, objeção de consciência, entre todas as categorias que o filósofo atravessa – está para ética, como essa ética se faz corpo, se faz um corpo específico que se materializa no *Fórum PrEP*?

Entendemos, assim, que, para limitar os efeitos da cesura “corpo/alma” nas análises sobre a desobediência – e particularmente, no caso dos enunciados PrEP/PrEP sob demanda ora trabalhado – é necessário colar a des/obediência no corpo<sup>1</sup>. O corpo – para além de sua narratividade, em sua bioespessura – e suas técnicas como um limite a partir do qual a des/obediência é possível ou não. Dessa perspectiva, propomos duas ampliações relativas ao que discute Gros (2018), da ordem do hífen: i) uma desobediência-tecnobiopolítica, que leve em consideração o tecno-vivo e o tecno-discursivo; ii) uma desobediência-generificada-racializada-geográfica, que açambarque as tensões inscritas nos discursos sobre a PrEP que são cometidos no Brasil e acerca de populações-chave (BRASIL, 2020) específicas.

## 2.1 UMA TECNOBIOPOLÍTICA

Nosso primeiro tensionamento diz respeito ao que Butturi Junior (2019) definiu como uma provocação teórica, a saber, que o hiv e a aids solicitavam uma série de deslocamentos que diziam respeito, a um só tempo, à materialidade das terapias farmacológicas e sua relação com o corpo das *Pessoas que vivem com hiv* (PVHIV), à economia neoliberal e sua distribuição dos medicamentos, à produção discursiva acerca da soropositividade e das PVHIV, aos processos coloniais e a epidemia da aids (FASSIN, 2006), à distribuição desigual e biopolítica do luto (BUTLER, 2015) e à produção de modalidades de subjetividade mais ou menos perigosas, relacionadas a regimes de raça e de gênero e às práticas afetivo-sexuais dos sujeitos; por fim, às formas de enfrentamento, de resistência e de desobediência que se constituem diante do que chamamos de dispositivo crônico da aids (BUTTURI JUNIOR, 2016).

Essa série intrincada de discursos e práticas incorporadas e corporificadas, então, pressupõe que se coloque em suspenso: i) o conceito de desobediência em relação à biopolítica; ii) o conceito de biopolítica diante da aids e do hiv e os deslocamentos que lhe são exigidos.

Ato contínuo, passemos à biopolítica. Butturi Junior (2016, 2019a, 2019b) e Butturi Junior e Lara (2018a, 2018b) têm defendido a hipótese de um dispositivo crônico da aids, um dispositivo biopolítico pautado em práticas de cisão entre formas de subjetividade mais ou menos perigosas tanto em estratégias de governo biopolíticas quanto na produção de práticas de bioessência farmacológicas (ORTEGA; ZORZANELLI, 2010). O deslocamento crônico teria como marco, no Brasil, a distribuição em larga escala da Terapia Antiretroviral (TARV) e a manutenção da vida soropositiva, desde que aderente ao tratamento, lida como crônica. Nesse dispositivo crônico também estão em jogo: novos discursos sobre as PVHIV, da ordem da resistência e da invenção do autocuidado; novas estratégias de governo dos corpos com hiv; novas formas de subjetividade, segundo a ordem da indetectabilidade – digamos, a aparição dos “zerados”; novas táticas de prevenção e de contenção dos riscos, onde aparece a chamada “prevenção combinada”, que passa pela PeP, pela PrEP e pelo uso de preservativos (BRASIL, 2021). Certamente, permanecem em jogo – como tentaremos descrever – redes de memória estigmatizante, por um lado, e aquilo que Pelúcio e Miskolci (2009) apontaram como a *sidadanização* e que se relaciona justamente à manutenção do estigma e da segregação das PVHIV.

Como dispositivo, a aids foi descrita no Brasil por Néstor Perlonguer, já em 1987. No autor, ela já aparecia como a série de estratégias e de discursos cujo mote era a separação entre modalidades de vida e a gestão do risco. O trabalho de Perlonguer apontava para a racialização – nos termos de Foucault (2010) das “sexualidades perigosas” que já na época dizia respeito às táticas biopolíticas de

<sup>1</sup> Em termos de corpo e desobediência, é importante fazer remissão às diversas passagens em que Gros coloca em xeque o estatuto ficcional da separação entre “alma” ou “consciência” do “corpo” e seus efeitos éticos, notadamente nos casos da submissão, da servidão e da des/responsabilização – o corpo pode fazê-lo com obediência, mas não alma (GROS, 2018), que se furta ou recusa. A ênfase na reflexividade do sujeito em seu potencial ético, no processo de pensamento como diálogo de um si consigo que encetaria o desejo e as condições de liberdade, contudo, parecem, em Gros, localizados em um corpo anódino.

governo da vida e às resistências que surgiram no enfrentamento do hiv-aids e da estigmatização das PVHIV. No Brasil, a documentação desse dispositivo é farta (BARATA, 2005; FAUSTO NETO, 2002; FERRARI, 2006; GALVÃO, 2000).

Ora, é justamente a biopolítica – que leremos aqui de modo ampliado – que recoloca os limites da desobediência, conforme Gros (2018), quando nos deparamos com o dispositivos crônico da aids. Como apontava Butturi Junior (2019), essa ampliação aparece à reboque de Deleuze (2012) e sua leitura do controle como desterritorialização e transformação molecular de suas formas – ao invés dos espaços da disciplina. A partir desse deslocamento, a biopolítica vai ser lida segundo a ordem de uma complexidade em que a agência é dada a outra sorte de seres e coisas e tem uma força estratégica equiparada à das maquinarias tradicionais das disciplinas. É nessa senda que Preciado (2008), ao descrever o regime farmacopornográfico, vai solicitar que a própria vida seja colocada em discussão – porque se trata de um conceito que só tem existência enquanto vértice: entre o semiótico e o técnico, ente o técnico e o orgânico e respondendo por um governo neoliberal de produção e consumo.

Aqui, então, uma primeira precaução – na aproximação com Gros – diz respeito ao significado de desobedecer quando é a vida – a tecnovida – o que está em jogo, entre a guerra e a pornografia. Além disso, aos efeitos e às práticas de desobediência que se sustentam não num binarismo – entre o fascismo da tecnobiopolítica e do sujeito controlado – mas que abrem topologias diversas de experimentação de si, justamente a partir dos regimes técnicos, médicos e semióticos. Dito de outro modo, é a própria precarização que aparece como potência no interior desse tecnobiodiscursivo (BUTTURI JUNIOR, 2019a)<sup>2</sup>.

O segundo ponto a ser colocado em discussão está mais propriamente relacionado à PrEP, à sua materialidade e aos efeitos dos nós tecnobiodiscursivos. Cabe, então, pensarmos a desobediência, a tecnobiopolítica e a tecnovida segundo o imperativo da materialidade do fármaco – como microdispositivo ingerível (PRECIADO, 2008). Foucault (2009 [1975]), como se sabe, repensava a política e a resistência a partir da materialidade e questionava a luta marxista por pensá-la, no limite, como infraestrutura. O corpo era a materialidade que cabia auscultar, fazer vir à tona, tornar visível.

É essa materialidade o que nos interessa. Não nos pretendemos exaustivos, mas queremos marcar os “novos materialismos” como modalidade de análise que não apenas aponta para os limites de um construcionismo discursivo radical, mas que se ampara num pacto – como diria Braidotti (1994), num esforço de “*as if*” – cuja intenção é pensar as complexidades e os pontos de agência que não-humanos e humanos produzem nas trocas tecnobiopolíticas. Isso quer dizer que, se nosso esforço é o de analisar os discursos da PrEP como desobediência, ele requer que a própria agência do fármaco seja tomada em consideração, devidamente entranhada nos dispositivos de guerra neoliberais farmacopornográficos.

Destarte, é na associação entre humanos e não-humanos e numa extensão da lista dos actantes desse dispositivo crônico da aids – ver a seguir – que estaremos pensando. Essas associações, conforme Latour (2004), são abertas e produzem resultados inventivos, a partir do risco. De modo similar, a materialidade necessita de outras intervenções. Assim como a linguagem, ela também é historicizada e ativa – e não mais vista segundo um modelo tecno-biológico herdeiro do século XIX (BARAD, 2017). A materialidade não-humana a que nos referimos é aquela de um vivo “vibrante”, de coisas como a comida e a alimentação nos termos de Bennet (2009): não mais ferramentas ou limites de nossa humanidade, mas atores com os quais nossos corpos e nossas subjetividades se juntam, com os quais trocam, nos quais se constituem mutuamente. Nos termos de Alaimo (2017, p.916), essa nova abordagem permite pensar a associação como “material-semiótica, intercorporal, performativa, agencial, até letrada.”

A discussão da PrEP, dessa perspectiva, mobiliza um deslocamento dos corpos e das práticas sexuais, sobretudo de homens que fazem sexo com homens e gays. Preciado (2015) apontou para a relação entre a farmacopolítica e a ascensão da PrEP. Para o autor, assim como fizera a pílula anticoncepcional, o Truvada teria modificado a ecologia sexual segundo a ordem de um controle farmacológico via dispositivo, cujo efeito de autonomia e liberdade seria, na verdade, o da produção de um corpo para o consumo, numa biotecnologia molecular de invenção de uma suposta “sexualidade livre”.

<sup>2</sup> Uma crítica fulcral à biopolítica que solicita o colonialismo e o neoliberalismo como limite para o conceito foucaultiano, pode ser lida no recente livro de Lazzarato (2019).

Aqui, pois, nossa hipótese é que a PrEP, que ficou conhecida pelo rótulo do Truvada e pelos discursos de subjetivação da promiscuidade – as loucas do Truvada, as pereiras – ou na ascendência de outros fármacos<sup>3</sup> –, solicita um olhar sobre a relação entre os corpos e o medicamento, entre os discursos sobre os usuários e as usuárias – seja da ordem do governo, seja da ordem da imprensa e das redes sociais –, sobre o governo da tecnovida no capitalismo tardio e o acesso à terapia, sobre a produção de racializações tecno-genéricas-geográficas, sobre a ascensão de novas moralidades, entre outras possibilidades. Vamos adiante.

## 2.2 SEXUALIDADES, GÊNEROS, RAÇAS

Para retomarmos a geografia da desobediência, mencionada anteriormente, gostaríamos de partir um vértice descolonial de desobediência. Particularmente quando Walter D. Mignolo (2008), em seu diálogo com Anibal Quijano elabora algumas premissas do que passou a ser chamado de giro descolonial, dois pontos são fulcrais em seu argumento: o primeiro é a “noção de identidade em política” como forma de enfrentamento aos limites da política de identidade – notoriamente sua tendência ao essencialismo e o risco de intolerância que contém –, sendo, por outro lado, mantidas suas potencialidades de dar a ver identidades dominantes, construções raciais e imperiais, que não se manifestam como tais, mas como “conceitos abstratos” (cristianismo, liberalismo, marxismo etc.). Já o segundo consiste na proposição de um programa de desobediência epistêmica como estratégia de descolonialidade.

O que essa particular esfera de desobediência tenta dar a ver, a partir de seu enfoque epistemológico, é como não apenas pessoas, mas religiões, línguas, conhecimentos e regiões do planeta são racializados nas pluri-versidades que caracterizam suas concepções de mundo em uma dinâmica em que se aliam colonialidade, modernidade e capitalismo. Assim, a desobediência epistêmica “[...] revela a identidade escondida sob a pretensão de teorias democráticas universais ao mesmo tempo que constrói identidades racializadas que foram erigidas pelas categorias de pensamento, histórias e experiências do ocidente (mais uma vez, fundamentos gregos e latinos de razão moderna/imperial)” (MIGNOLO, 2008, p. 297).

Mignolo escrutina, portanto, uma “geo-grafia’ da razão” (MIGNOLO, 2008, p. 298), atentando para as exterioridades – enfatizando os saberes, práticas e concepções de mundo indígenas e afrocentrados da América do Sul – que acabam por exercer função de limite a um sistema de pensamento europeu – a filosofia, mesmo em suas facetas mais críticas pós-1968, é vista desde um recorte que a entende como uma prática de determinados “indígenas” de Europa, um gesto que realoca, portanto, a política de identidade pela qual, colonialmente, supõe-se não haver identidade nenhuma na cosmologia ocidental. Nessa reinscrição de categorias – exterioridades, interioridades e colonialidades – gostaríamos de, fazendo dialogar Mignolo e Gros, oferecer mais uma camada de desobediência (epistêmica e racializada) à desobediência proposta pelo segundo.

Trata-se, então, como adverte Mignolo (2008) de um diálogo intenso e não da confissão de sujeição a determinados saberes<sup>4</sup>. Nessa tônica, pensar a desobediência a partir da perspectiva descolonial implica pensar em desobediências pluri-versais, pluri-tópicas, pluri-linguísticas e, sobretudo, em experiências/gestos de desobediência que, justamente por sua marginalidade ou liminaridade, não chegam, ou melhor, furtam-se a ser compreendidas como desobediência na quebra epistêmica que promovem<sup>5</sup>. Nesta proposta tecno-pluri-versal de des/obediência, gostaríamos, tal como apontado anteriormente, de (i) aproximar a desobediência do corpo e das geografias dos corpos, geo-grafias intimamente relacionadas à racialização; (ii) pensar as dissidências de gênero e sexualidade como formas de des/obediência – solicitando, com Lugones (2018) e Preciado (2008), a ficção de gênero em sua colonialidade e em sua seu caráter tecno-semiótico-orgânico-prostético; e (iii) demover o estatuto humano da des/obediência, aventando a hipótese de desobediências que cotejem relações entre humanos e não-humanos (BRAIDOTTI, 2016).

<sup>3</sup> Currently, the only drug which is certified for PrEP-use is Truvada, but other oral drugs such as Descovy (AVAC 2018) [aprovado para uso nos EUA em 2020] and forms such as vaginal gel are currently being tested in studies” (SCHUBERT, 2019, p.2)

<sup>4</sup> Cabe aqui retomar uma das asserções de Mignolo (2008, p. 304): “Descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erige um exterior a fim de assegurar sua interioridade”.

<sup>5</sup> Diz: “A ‘levée ethnique’ é, em última análise, ‘uma quebra epistêmica descolonial’ que não pode ser classificada na narrativa de Michel Foucault (Les mots et les choses, 1966) e muito menos pelas ‘mudanças paradigmáticas’ de Thomas Khun (A estrutura das revoluções científicas, 1970)” (MIGNOLO, 2008, p. 315).

O segundo e o terceiro tópicos – políticas de gênero em mundos mais-que-humanos – demandam uma breve consideração. Como é sabido, ainda que inter-relacionados, não são análogos os vetores de poder que atuam na produção de gênero – uma matriz pautada pela heterossexualidade compulsória, para Butler (2013, 2019) – e na produção de raça – um dos subprodutos da colonialidade, para Mignolo (2008). Dito isto, em *Corpos que importam* (BUTLER, 2019), ao perfilar o “sexo” como um encontro entre a normatividade e a materialidade que dá condições de viabilidade ao sujeito, Butler faz um movimento reflexivo que, de certa forma, se assemelha àquele de Mignolo: compreende os limites da inteligibilidade do sexo – em sua materialização – a partir de seu exterior constitutivo, ou seja, a zona da inabitabilidade, o domínio de abjeção, a ameaça encetada pelos corpos-sujeitos que fracassam em recitar gênero em um paradigma binário e heteronormativo.

Sendo a citacionalidade do sexo<sup>6</sup> uma condição necessária à emergência mesma do sujeito, nas convergências do poder, nas repetidas reiterações e entre objetivação e subjetivação, discutir a instabilidade da recitação performativa de gênero – as falhas e as abjeções que lhe são constitutivas, mas que também apontam para outra coisa – como des/obediência, tal qual formulada em Gros (2018), iria requerer um fôlego maior que o possível neste momento/espço do texto<sup>7</sup>. Naquela altura, contudo, a escrita de Butler é atravessada por uma promessa política, notadamente, de politização da abjeção, gesto protagonizado pelo paradoxal das práticas *queer* (a apropriação da injúria e o gesto de *queering*, estranhar). Nesse sentido, é possível ventilar a possibilidade de que apropriação da subjetivação diante da injúria, da zona de abjeção e da interpelação/performatização do fora constitutivo da lei gendrada/heterossexualizante – ainda que não se trate de um gesto voluntarista, como muitas vezes parece sugerir o sujeito solicitado por Gros (2018) – como uma assunção desobediente. Pergunta a filósofa: “Que desafio o domínio dos excluídos e abjetos produz a uma hegemonia simbólica que força a rearticular radicalmente aquilo que determina quais corpos importam [matter], quais modos de vida contam como ‘vida’, quais vidas vale a pena proteger e salvar, que vidas merecem ser enlutadas?” (BUTLER, 2019, p.41).

A proposta ora esboçada é a de que a possibilidade mesma da tecnobiodesobediência como uma lente teórica capaz de dar a ver as práticas de si des/obedientes em uma esfera de agência partilhada entre humanos e não humanos – trespçada, por sua vez, por diferentes políticas de fazer morrer (MBEMBE, 2018) e diferentes distribuições da violência (MOMBAÇA, 2016) – está intimamente atrelada ao gesto de ter em conta a geografia colonial (MIGNOLO, 2008) de ordenamento das racializações e epistemes, e à topologia da abjeção (BUTLER, 2019) como exterioridade à recitação heteronormativa e colonial (LUGONES, 2008) de gênero.

### 3 OS EMPESTEADOS

Feita a discussão conceitual, voltemo-nos ao hiv e à aids, antes de passarmos propriamente às análises. Nosso esforço é descrever uma modalidade de sujeito e de vida que, marcada no discurso, é produzida como risco; aqui, consideraremos o homem cis homossexual como objeto central, tendo em vista que é ele uma das personagens das políticas públicas – está entre a “população-chave” – e é sobre ele que as cisões tecnobiodiscursivas do dispositivo da aids e do dispositivo crônico da aids se constroem.

Primeiramente, observemos a epidemia em sua espetacularização e na produção da noção de risco, relacionada a certas subjetividades. Em texto seminal, Paula A. Treichler (1987) apontou-a como uma “epidemia discursiva” que cindia as formas de vida. A aids aparecera, há pouco, ancorada justamente na distinção dos *grupos de risco*. A primeira notícia, que Luc Montagner (1995) um dos médicos que isolaram o hiv, destaca, é da triagem em Atlanta de um grupo de homens com pneumocistose; mais tarde, um novo grupo, desta vez com Sarcoma de Kaposi, em Nova Iorque. Em comum, todos homossexuais e de classes abastadas. É essa notícia-espetáculo que, primeiramente restrita, espraia-se do campo médico para o campo social amplo, numa tática em que exclusão racializante (FOUCAULT, 2010) e cálculo dos riscos ganha espaço.

<sup>6</sup> Categoria com que Butler trabalha em *Corpos que importam* (2019), uma vez que sua atenção se volta justamente à sua materialização, contudo, tal citacionalidade, como é sabido, em outra obra amplamente conhecida da autora, *Problemas de Gênero* (BUTLER, 2015) é remetida ao gênero.

<sup>7</sup> Em determinado momento a filósofa questiona: “[...] dado que a heterossexualidade normativa não é claramente o único regime operativo na produção de contornos corporais ou na fixação dos limites corporais de inteligibilidade, faria sentido perguntar quais outros regimes de produção regulatória contornariam a materialidade dos corpos?” (BUTLER, 2019, p.43)



Interessa-nos pensar esse acontecimento tecnodiscursivo da problematização das modalidades de vida e das práticas sociais no dispositivo da aids, conforme definido por Perlonguer (1987) pensando-o como uma memória. Tomemos alguns enunciados da imprensa, que aqui categorizamos segundo duas regularidades: a homossexualidade como promiscuidade; a heterossexualidade como prática segura.

Passemos ao primeiro, na forma de um recorte não exaustivo. Em março de 1985, a *Revista Istoé* (grifos nossos) decretará: “**Os homossexuais promíscuos** que praticam sexo em grupo e com parceiros sucessivos em saunas ou boates são mais vulneráveis pela simples multiplicação estatística das chances de contrair a doença”. O enunciado da revista é uma espécie de paradigma produzido em duas séries: a de um perigo e uma desmesura em relações homossexuais passivas; a de uma relação, inventada no século XIX e presente como memória ainda em 1987, entre um instinto invertido e a degenerescência (FOUCAULT, 2002, 2010), uma racialização pelo risco. Dito de outro modo, entre um indivíduo que é preciso docilizar – e aqui Perlonguer (1987) e Butturi Junior (2012) apontam para a exclusão do perigo nas homossexualidades, sobretudo com o advento da aids – e uma espécie causadora de risco (a *raça*).

A segunda regularidade enunciativa, que aqui tomamos como exemplo de uma metonímia da ordem geral da biopolítica, é de 1993 – e apareceu na revista *Veja*, na época sob o crivo das pesquisas científicas e estatísticas sobre a aids. *A barreira masculina* dá conta de um suposto novo dado: o risco de heterossexuais fora do grupo de risco contraírem hiv é quase nula. O dispositivo sexual que opera aqui diz respeito tanto a uma ontologia do sujeito do desejo quanto à produção de uma bio-identidade perigosa. Se há uma agonística sobre o verdadeiro da heterossexualidade normalizante, a problematização que os textos de *Veja* (1987, 1993) trazem à tona é a do *verdadeiro sexo perigoso*. Se, pois, os homossexuais são o verdadeiro risco, entre eles há duas subjetividades ainda mais perigosas: os promíscuos e, “cientificamente comprovado”, os passivos.

Não obstante a invenção da cronicidade, a distribuição de medicamentos de forma universal e, ainda, as políticas públicas para pessoas que vivem com hiv, no Brasil (BUTTURI JUNIOR, 2016, 2019a, 2019b) – o que temos descrito como o dispositivo crônico da aids – que tornaram mais eficaz uma política de fazer viver com hiv, a memória do risco gay permaneceu sondando o debate público. Assim esses deslocamentos no campo do enfrentamento (da doença ou da estigmatização) podem ser aproximados do que se configura como a Nova Direita (COWAN, 2014), fortemente marcada por uma moral do pecado e da degenerescência (esse amálgama a que assistimos) e que têm se espalhado nas mais diferentes esferas, públicas e privadas, no Brasil.

Interessa pensar, aqui, a partir dessa configuração político-metafísica, nas estratégias enunciativas e na espetacularização, seja da fé, seja da moral neopetencostal. No caso das homossexualidades, será a aids o ponto fulcral de tensionamento: porque são pecadores, porque são desmesurados, porque são sujos – e, aqui, ganha intensidade midiática o par bicha pecadora racializada – porque o homossexual passivo é uma figuras do risco. A relação entre homossexualidade e perigo, agora de acordo com uma moral higienista-neopetencostal, ganharia novos contornos em 2011, quando voltava à discussão nacional o PL 122/2006, cuja pretensão era criminalizar a homofobia. Como apontam Feliciani, Schirmer e Dalmolin (2017), o século XXI permitiu uma nova forma de ocupação do espaço público para as igrejas. Além dos horários de televisão, elas passaram a produzir material nas redes sociais, o que se avolumou justamente na intensificação das discussões e nas audiências públicas, entre 2011 e 2012. Naquele momento, pastores como Silas Malafaia e Marco Feliciano tomaram a cena pública. O primeiro, inclusive, criou um hotsite persecutório (Por que o PL 122 é inconstitucional), em que se lia: “O perigo do artigo 1º é a livre orientação sexual. Esta é a primeira porta para a pedofilia”.

Gostaríamos de observar o problema de segurança que Feliciano coloca no jogo moral neopetencostal: os homossexuais, além de perigosos e promíscuos, formulam uma “ditadura gay”, da ordem da população e da tomada das instâncias de poder. Não se trata de conter uma prática individual, portanto, mas de atentar para aquilo de perigoso que eles oferecem para as famílias, as crianças e as supostas instituições “tradicionais”. Dito de outro modo, ao retomar os discursos sobre a “ditadura gay”, que circulavam desde o início do século XXI em blogs e em revistas de denominações cristãs midiático-políticas, o que Feliciano deixa ver é um deslocamento da disciplina para a segurança, no qual as estratégias de perigo – transcendental, carnal ou biológico – se fundem num cálculo de exclusão de certas modalidades de vida, não por acaso (mas arbitrariamente) homossexuais e promíscuas.

Interessa pensar, então, de que forma um discurso voltado aos fiéis espalha-se e ganha contornos radicais. Assim, em 2011, em entrevista à *Revista Época*, o então deputado federal Jair Bolsonaro afirmaria, sobre o risco homossexual: “O risco de ser contaminado com o sangue de homossexual é 17 vezes maior do que com o de heterossexual. Duvido que alguém aceite sangue doado por homossexual sabendo desse risco. Cuidar da minha saúde é diferente de ser preconceituoso”. O discurso do risco, que implica homossexualidade e doença nessa intrincada rede político-metáforica, é retomado pelo mesmo pastor Marco Feliciano que antes mencionamos, noticiado em 20 de setembro de 2012: “AIDS é ‘câncer gay’, afirma deputado pastor Marco Feliciano” (RODRIGUES, 2013) – Num discurso proferido durante congresso de “Gideões Missionários”, Marco Feliciano se referiu à AIDS como “câncer gay” e responsabilizou os homossexuais pela doença.

O risco, o sangue como topologia da morte, a memória do câncer gay, a danação eterna, a promiscuidade dos homossexuais como problema da população. Estamos não apenas diante de discursos públicos, mas de discursos que aparecem depois da Declaração da Suíça<sup>8</sup> e no interior das práticas de positividade das PVHIV e dos esforços de desmistificação – o termo usado por Gros (2018) em sua genealogia – internacional que implicam a indetectabilidade do uso de antirretrovirais e a impossibilidade de transmissão do vírus (a campanha *Indetectável=Intransmissível*)<sup>9</sup>, seja por homossexuais, seja por heterossexuais. Diante da produção e do consumo sexopolítico da tecnobiopolítica, como desobedecer? Eis o que tentamos descrever a seguir, tomando os enunciados da PrEP que circulam no Brasil.

#### 4 XS PREPEIRXS

Iniciemos a nossa problematização da PrEP, de maneira mais pormenorizada. González (2019) vai lançar luzes no dispositivo crônico da aids e descrever como a crise de saúde dos homens gays permanece, como memória, como prática e como discurso quando se trata da PrEP. O autor refaz uma genealogia e lembra que, desde o final da década de noventa do século XX, mais precisamente em 1999, a homossexualidade “raw” (crua, bruta) é colocada no centro dos debates, quando na revista *Poz* aparece um artigo sobre o *barebacking* – a definição de exceção do intercuro sexual sem uso de preservativos. Se o *barebacking* e as formas de *bugchasing*<sup>10</sup> são um problema relativo à promiscuidade e à saúde quando não havia ainda a TARV, o que González deixa notar é que, entre a série de deslocamentos em direção à cronicidade – o aparecimento da TARV e o governo da vida das PVHIV pelo enunciado do “tratamento como prevenção” – a PrEP aparece como uma alternativa importante e que tem mostrado resultados eficazes. Não obstante, permanece envolta numa “intrigante” ambiguidade:

This new PrEP-mediated cultural and sexual landscape inspires fantasies on both sides of AIDS activism. Some celebrate the advent of “worry-free” bareback sex, because barebacking itself can now be a form of “protected” sex more effective than even latex. But old-guard activists [...] denounce Truvada as just another “party drug” [...] Weinstein [um ativista] argues that PrEP entails not the end of AIDS but rather the opposite: large-scale PrEP use will increase in sexually transmitted infections (GONZÁLEZ, 2019, paginação irregular)

Nessa luta entre as práticas homossexuais mais ou menos promíscuas é que teria aparecido uma subjetividade icônica: a “*Truvada whore*”, cujas “traduções” brasileiras tratam como “truvadeiras”, “loucas do Truvada” ou “prepeirxs”. A “puta do Truvada” traz um mal inscrito na origem: é uma retomada dos discursos de exceção e de estigmatização da aids e, no mesmo movimento, uma assunção do feminino-passivo-anal-perverso como questão para a homossexualidade branco-cis-higienizada (BUTTURI JUNIOR,

<sup>8</sup> Trata-se de texto publicado por Vernazza *et al.* (2008), fruto de ampla pesquisa e que conclui que “Les personnes séropositives ne souffrant d’aucune autre MST et suivant un traitement antirétroviral efficace ne transmettent pas le VIH par voie sexuelle.” Pode ser tomada como um ponto de deslocamento da cronicidade e para a problematização da PVHIV como risco.

<sup>9</sup> Ver Brasil (2018).

<sup>10</sup> *Bugchasing* aqui é lido como a invenção de um discurso-limite: dos homossexuais que ou transmitem o vírus a seus parceiros ou buscam pelo vírus. O debate nasceu nos Estados Unidos e foi descrito por Dean (2015). Como forma de pânico moral, uma prática extremamente restrita – e não descrita – foi tomada como a tipificação da “vida promíscua”, adensando o preconceito e o discurso do risco. No Brasil, o exemplo de pânico moral relativo ao *bugchasing* acontece em março de 2015 e os discursos sobre os “carimbadores”.

2012). A rigor, o que esse enunciado coloca em jogo são os limites da desobediência, quando justamente a tecnobiopolítica, o corpo e as subjetividades travam enfrentamentos complexos, como já sugeriam Preciado (2015) e Dean (2015), que relacionam a PrEP ao incremento do controle dos corpos gays masculinos.

Tendo em vista essa ambiguidade, lançamos o olhar sobre o Brasil. Para tanto, retomamos o problema da bioescese compulsória (BUTTURI JUNIOR, 2016) e da *sidadanização* (PELÚCIO; MISKOLCI, 2019): por um lado, a injeção do tratamento é condição para a cidadania no interior das políticas públicas brasileiras; as pessoas que apresentam falhas no tratamento, dificuldades de adesão ou mesmo resistência estão à mercê de práticas de “racismo indireto”; nessa esteira, permanece o modelo de exceção e exclusão de *sidadanização*, ampliado para certas modalidades de vida mais “perigosas” – o que, nas políticas atuais da PrEP, pode ser lido sob a égide das populações-chave (BRASIL, 2021).

A associação entre discursos, TARV, sujeitos e corpos é ainda adensada pela atualização brasileira dos discursos sobre a PrEP e a promiscuidade – as *Truvada whores*. Assim é que, na *Revista Época* (pouco antes das eleições presidenciais), em 7 de junho de 2018, aparece o artigo de capa *O novo azulzinho*, cujo subtítulo era: *A PrEP está mudando o comportamento sexual de grupos de risco, sobretudo dos gays*. O texto trazia como lide o enunciado “Eles estão abandonando a camisinha, contribuindo para o aumento de doenças sexualmente transmissíveis.” Escrito por Danilo Thomas, produziu um debate acalorado, sobretudo dos grupos de enfrentamento do hiv, porque descrevia práticas de sexo na vida noturna gay de São Paulo: o *barebacking* ganhava espaço. A partir daí, Thomaz (2018) adotava a lógica metonímica – mais uma vez: os homossexuais praticam sexo sem camisinha; os homossexuais permanecem, portanto, um grupo de risco, porque seu prazer é desmesurado. Ao leitor, cabe assumir a lógica de produção de uma bioidentidade única e negativamente marcada, daqueles que são promíscuos, empesteados atavicamente. Não por acaso, o texto emerge no momento em que o governo federal amplifica a distribuição da PrEP para todo o país.

O que as políticas públicas e os discursos deixam ver é o que aponta Shubert (2018, p.2): “From the perspective of biopolitics, it inscribes itself in a larger trend of medicalization, the rise of pharmapower, and the governmentalization of risk. From this perspective, the invention of this new technology produces new demands on individuals – as such it is a form of power”. Na mesma esteira, retomam a cisão que descrevemos anteriormente acerca das homossexualidades brasileiras, entre a promiscuidade e a normalização. Ora, a PrEP, estrategicamente, materializa uma espécie de dicotomia, como aquela apontada por Halperin e Traub (2010): entre a posituação e o orgulho pós-69, teria aparecido uma sequência de normalização que não levava em conta uma série de enunciados e práticas interseccionais e tinha por efeito o “*gay shame*” e a exceção. Por sua vez, Halperin (2016) vai partir de uma contestação problemática: a de que existiria uma subjetividade gay única a ser perscrutada. Essa nova verdade cultural-discursiva seria o espaço de produção de discursos sobre o risco – crescentes – e pelo pânico que, nos jornais, aparece ao separar práticas *barebacking* – perigosas e imorais – e práticas de escolha de parceiros de acordo com seu status sorológico (*serosorting*), higienizadas por relações afetivas e matrimoniais dos homens homossexuais.

A PrEP, acreditamos, emerge nessa rede de condições no Brasil, como estratégia no interior do dispositivo crônico da aids. Distribuída desde 2017, é ela o espaço de emergência de vontades de verdade: sobre o sexo, sobre os sujeitos, sobre os corpos e sobre o hiv. Em nosso recorte, ela será descrita na modalidade da desobediência e de suas interseções necessárias com o tecnobiodiscursivo racializador e gendrado – o que vamos inscrever aqui como as modalidades de *tecnobiodesobediência*.

Passemos ao *Fórum PrEP* e seus enunciados. O *Fórum PrEP* é um grupo da rede social Facebook destinado ao debate público em torno da estratégia Profilaxia Pré-Exposição entre outros temas. O grupo já foi objeto de estudo por Queiroz e Souza (2017) entre os anos de 2015 e 2016 desde uma abordagem que, catalogando e quantificando as postagens, buscava identificar quais conteúdos aí presentes poderiam ser categorizados como “promotores de saúde”. De nossa parte – nesta parcela do estudo, de tintas etnográficas – aproximamo-nos do fórum, uma modalidade *online* de discurso e experiência – ou seja, imersa na cibercultura, conectando actantes humanos e não-humanos – desde as assunções teórico metodológicas propostas por Rifiotis (2016) no campo da etnografia, para quem, no repovoamento das sociabilidades na cibercultura e em sua inscrição na narrativa etnográfica, é necessário repensar a ideia de agência e hibridismo, de forma a suplantar a dicotomia humano/não-humano, especialmente em se tratando da chamada “comunicação mediada por computador”. Diz: “Nossas análises deveriam descrever aquele/aquilo que faz

diferença no curso da ação, sem que sejam previamente definidos os entes e as agências e, sobretudo, que elas se limitem exclusivamente aos humanos” (RIFIOTIS, 2016, p. 89)

Com a compreensão de que o Fórum PrEP é feito de uma conexão mediada entre humanos e humanos e humanos e não-humanos<sup>11</sup>, solicitamos aos moderadores nossa participação no grupo com o perfil pessoal de um dos autores. Logo após, a intenção de pesquisa foi comunicada aos moderadores, entendendo-se tratar de um fórum público, com enunciados públicos. Feito isso, as postagens feitas no Fórum PrEP pelos membros do grupo foram acompanhadas diariamente pelo período de dois meses, quando foi possível observar, no ambiente do fórum, o desenrolar do acontecimento humano/não-humano/ tecnobiodiscursivo em torno da PrEP sob demanda. Assim, as postagens e as interações em torno da PrEP sob demanda passaram a ser selecionadas, “fotografadas” (mecanismo *print screen*) e arquivadas para posterior análise. Para o caso de postagens realizadas anteriormente ao período de observação do *Fórum PrEP*<sup>12</sup>, foram feitas buscas no mecanismo de pesquisa de rede social com os descritores “PrEP sob demanda” e “Prep *On Demand*”.

Nossa análise descreve quatro estratégias nesse jogo discursivo que materializa tanto o controle tecnobiofarmacológico até enunciados dos direitos e formas de desobediência. Não nos pretendemos exaustivos, mas apenas apontar linhas de força gerais postas no funcionamento desses discursos.

O *primeiro dos enunciados* que gostaríamos de apontar é o da *bio-cidadania* (SCHUBERT, 2019). Como já descrevia Agamben (2010), uma biopolítica menor dizia respeito a lutas locais sobre a vida – e seu exemplo era o da TARV. No caso do Fórum PrEP, materializa-se um esforço de divulgação entre os sujeitos – a maior parte, homossexuais masculinos – e descreve-se uma forma de distribuição dos medicamentos no interior do capitalismo global, na qual o Brasil revela um êxito. Esse histórico é sustentado por dois enunciados: o da luta internacional por direitos; o das pesquisas científicas e da autoridade da biomedicina.

Assim, se em 2015 o Fórum descrevia dificuldades de acesso – “E existe um caso publicado na imprensa de um homem de São Paulo que conseguiu acesso gratuito à PrEP através de uma ação judicial. Ele está recebendo o Truvada de graça pelo SUS. Talvez haja outros casos iguais que não foram divulgados na imprensa” – uma série de enunciados vai inaugurar uma espécie de teleologia: primeiro, a luta pelos direitos e os debates médico-científicos – “Acontecimento da incorporação da Prep no SUS em 24 de maio de 2017 – anúncio feito Ministro Ricardo Barros – 7ª Assembleia Mundial da Saúde – Genebra”; depois, a estratégia constante de menção (sobretudo via links de acesso) a artigos e a resultados de pesquisa. Nos dois casos, é o vértice entre uma geografia do farmacopoder – até a chegada da PrEP no Brasil, em 2017 – e a assunção do medicamento como nova solução que ganha espaço. Nesse caso, a cidadania estará na dependência da distribuição e da ingestão, como uma promessa de liberdade.

O *segundo dos enunciados* se estabelece como uma forma de *resistência analítica* (BUTTURI JUNIOR, 2020). Diante da promessa anterior, aparecem estratégias de suspeição: *em relação à eficácia dos medicamentos, em relação a seus efeitos colaterais, em relação aos lucros da indústria farmacêutica*. Aqui, novamente, é a agência da pílula e seus efeitos que se faz notar. Em post de 2020, lemos: “Bom dia, galera. Sei que tem alguns posts sobre efeitos colaterais da medicação, porém n vi nada sobre a minha experiência”. A materialização dos efeitos colaterais é contínua – em 2018, “Fui tb mt bem atendido na farmácia na hr de pegar o medicamento onde passei por outro atendimento, dessa vez com uma farmacêutica passando orientações sobre efeitos colaterais” e, em 2019, deu lugar a um movimento nos EUA, assinado por mais de cinquenta entidades de direitos LGBTQI, contra a propagação de notícias sobre a nocividade do Truvada (FACEBOOK..., 2019).

No Fórum, a problematização dos efeitos associa-se à constante menção à indústria farmacêutica, seus lucros, e ao papel do Estado – novamente, ancorada no uso de links que trazem estatísticas de lucros ou debates acadêmicos. Tomemos o exemplo do aparecimento da COVID-19 e de sua relação com a soropositividade. Num comentário a *post* de março de 2020, a tensão entre usuários de PrEP e mercado farmacopolítico aparece explicitada e reverbera aquela posição já descrita em Dean (2015) e Preciado (2015):

<sup>11</sup> Pensando-se aqui o não-humano não apenas como as notações algorítmicas da rede social, mas também o vírus, o fármaco, a indústria farmacêutica etc.

<sup>12</sup> Doravante, todos os excertos são de Fórum PrEP (2021).

Se fosse um potencial, a indústria farmacêutica já tinha visibilizado, uma vez que as principais, inclusive a Gilead, lançou na vitrine todos os seus fármacos como potenciais.

**Imagem 1:** comentário a post de mar. 2020

**Fonte.** Fórum PrEP (2021)

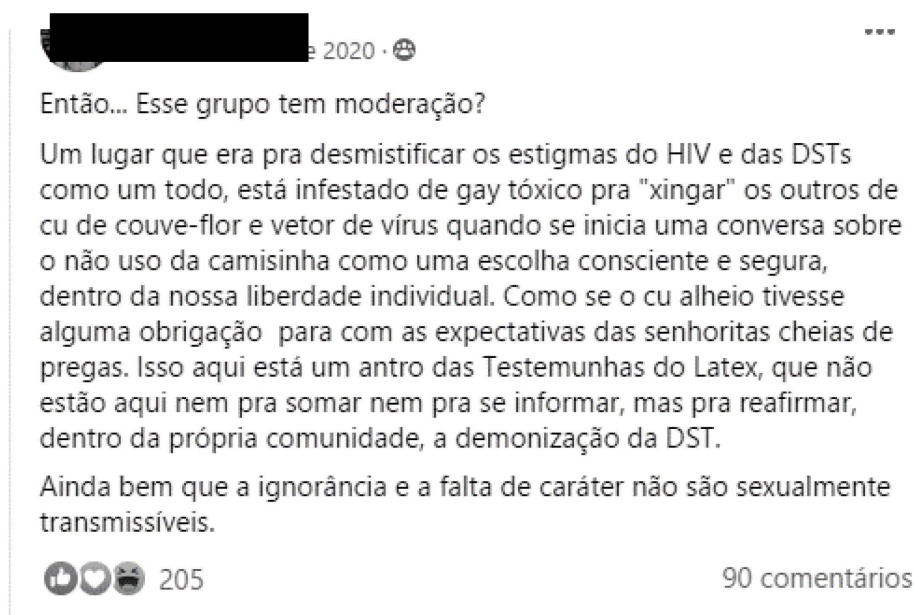
Se podemos ler uma relação de resistência inicial, interessa-nos uma estratégia específica, a saber, a PrEP sob demanda. Como observamos, ela ainda não é parte dos protocolos do enfrentamento do HIV no Brasil e é nesse espaço que a entenderemos da perspectiva da tecnodesobediência – como a descrevemos precedentemente. A *terceira estratégia* parece materializar essa possibilidade, em sua polivalência tática constitutiva: *o uso da PrEP sob demanda como prática de produção de autonomia sexual-corporal-subjetiva e a presença do risco*. Leiamos um *post* paradigmático, de março de 2020:

Gent, vi que já rolou essa discussão aqui mas encontrei respostas diferentes. Quero suspender a prep por um tempo (fiz cirurgia recente). Posso parar a qm momento? Quanto tempo após a última relação desprotegida? Li em alguns lugares 3 dias (tipo prep on demand) e em outros 30 dias? Alguém pode me dar um help com info de fonte segura? Obrigada!

Na medida em que se solicita a informação – e, de algum modo, se opera contrariamente às políticas públicas, inventando uma dobra subjetiva de desobediência, permanece o efeito de uma autonomia regulada, ora pela injeção do medicamento como única modalidade de prazer “autorizada”, ora como uma forma de memória obsedante, mesmo diante dos discursos que abundam sobre a eficiência da PrEP sob demanda e que, inclusive, circulam pelo Fórum. Os comentários, nessa esteira, permanecem no interior da polivalência tática: “Minha médica falou que 7 dias, eu não confio, faria 30 dias”; “Como protocolo da prep. São 30 dias, seria o q eu faria, como leigo”. É interessante observar, nessa estratégia, que mesmo a presença de enunciados de autoridade científica – como no *post* de 2015, “Vcs viram q o estudo francês Ipergay (de PrEP sob livre demanda) também está testando profilaxia pós exposição para DST com doxiciclina? 2 Comprimidos após o sexo”, uma suspeição da autonomia parece vigorar.

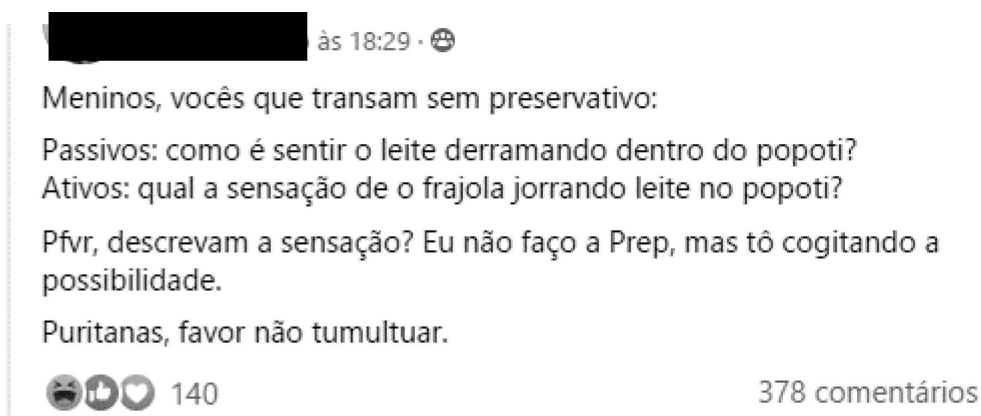
Uma outra ambiguidade coloca-se como uma espécie de limite à tecnobiodesobediência e recorre à produção da perversidade, do perigo e de formas mais ou menos morais para as homossexualidades masculinas e para a soropositividade. Ela diz respeito às hierarquias (BUTTURI JUNIOR, 2012) e à cidadanização (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009), na forma fantasmática de um risco e de uma exceção. *Essa quarta estratégia discursiva, que denominaremos de moral*, solicita uma subjetividade higienizada, menos perigosa e mais normalizada. Diante da PrEP sob demanda, acaba por colocar em xeque as táticas de tecnobiodesobediência. Todavia, não porque suscitam um regime de controle novo (PRECIADO, 2015), mas porque incidem sobre a norma pública para as homossexualidades – na mesma série que descrevemos, portanto, na seção anterior.

Ora, o funcionamento desse discurso passa: (i) pela descrição do risco; (ii) pela produção do sujeito perigoso. No primeiro caso, apresenta-se novamente o “problema da eficácia” - “A galera que toma on demand, como vocês adivinham o dia em q vão f\*oder? Para mim não tem dia nem hora certa ou marcada. Acho que com a maioria é assim. Por isso acredito na importância de se tomar regularmente”, como em *post* de 30 de março de 2019. Vejamos: “a galera” solicita uma cisão e opera negando o caráter científico das pesquisas. A partir daí, o jogo da tecnodesobediência – como promessa da PrEP sob demanda – depara-se com outra invenção, qual seja, a *dx* prepeirx, da “Truvada whore” como modalidade atávica. É numa agonística, então, que se estabelece a luta pela desobediência. Vejamos dois *posts*:



**Imagem 2:** post de 21 out. 2019

Fonte. Fórum PrEP (2021)



**Imagem 3:** post de 28 fev. 2021

Fonte. Fórum PrEP (2021)

Nos dois casos – e em muitos outros *posts* e comentários – o que está em jogo é o limite: em relação ao corpo, ao cuidado, à bioascese e aos usos deliberados que os sujeitos podem fazer da PrEP. As táticas, portanto, são estabelecidas recorrendo à “liberdade individual” e complexificam o caráter do desobedecer e do tecnodesobedecer, justamente porque é a própria ideia de “escolha”, conforme Preciado (2015) ou Dean (2015) a topologia em que se sustenta o farmacopoder. Por outro lado, a tática solicita uma modalidade de retomada da autonomia e da experimentação homossexual, contra o “gay tóxico” ou as “puritanas”. Tecnodesobedecer – nos limites do *off line* ou nas práticas de prazer – permanece na ambiguidade polivalente daquelas formas de negação de si mesmo que evocava Foucault e na permanência do compromisso de não ser governado, de Gros (2018), mas efetivamente marcadas pela pílula, pelo dispositivo da aids e pelas hierarquias das sexualidades brasileiras.

## 5 DESOBEDIÊNCIAS FINAIS

Este artigo tentou um experimento a partir do conceito de desobediência, de Gros (2018). Nosso esforço inicial foi o de colocar em perspectiva a potência de desobedecer, segundo a ordem de outros dispositivos, outras técnicas e outras geografias. Digamos, uma forma de *queerar* ou decolonizar a desobediência e pensá-la, então, como tecnobiodesobediência.

Para isso, nosso itinerário foi inicialmente teórico, numa aproximação a Gros (2018) e num movimento que solicitava outras camadas – uma operação, aliás, foucaultiana. Depois, voltamos ao nosso objeto de análise, os discursos acerca da PrEP e da PrEP sob demanda postados no *Fórum PrEP*, no Facebook. Para tanto, recorremos a uma breve retomada da memória discursiva do dispositivo da aids e do dispositivo crônico da aids, bem como de uma história da experimentação da vida homossexual.

Por fim, voltamo-nos às análises, calcadas em quatro estratégias: a da biocidadania, a da resistência à indústria, a da assunção e do risco e a da moralidade. O que observamos é que a PrEP e a PrEP sob demanda se constituem como táticas agonísticas, que colocam em tensão enunciados e práticas que solicitam corpos, subjetividades, pílulas, geografias, gêneros e economia farmacopornográfica. Pensar a tecnodesobediência, como queríamos, exige uma adesão a esse devir-desobediente: contingente, em relação e ainda em invenção.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Une biopolitique mineure – entretien avec Giorgio Agamben. *Vacarme*, n.10, 2010. Disponível em: <http://www.vacarme.org/article255.html>. Acesso em: 6 fev. 2014.

AGÊNCIA AIDS. Aids 2020: PrEP sob demanda é altamente eficaz, mas causa confusão entre usuários, aponta pesquisa, 8 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/aids-2020-prep-sob-demanda-e-altamente-eficaz-mas-causa-confusao-entre-usuarios-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ANDERSON, P. *Brazil Apart: 1964-2019*. London: Verso, 2019.

BUTTURI JUNIOR, A. A passividade e o fantasma: o discurso monossexual no Brasil. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96117>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BUTTURI JUNIOR, A. As formas de subjetividade e o dispositivo da aids no Brasil contemporâneo: disciplinas, biopolítica e phármakon. In: QUINO, V. C.; CRESTANI, L. M.; DIAS, L. F.; DIEDRICHM M. S. *Língua, literatura, cultura e identidade: entrelaçando conceitos*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2016. p.59-78. Disponível em: <http://editora.upf.br/index.php/e-books-topo/68-literatura/159-lingua-literatura-cultura-e-identidade>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BUTTURI JUNIOR, A. O hiv, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, n.2, 2019a. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-18132019000200637&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-18132019000200637&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 5 ago. 2020.

BUTTURI JUNIOR, A. Junkie Foucault. In: BUTTURI JUNIOR, A. *et al.* (org.). *Foucault e as práticas de liberdade I: o vivo e os seus limites*. Campinas: Pontes, 2019b. p. 273-296.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. A. As narrativas de si e a produção da memória na campanha O cartaz HIV Positivo. *Linguagem em (dis)curso (online)*, Tubarão, v. 18, p. 393-411, 2018a. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1518-76322018000200393&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-76322018000200393&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 9 maio 2019.

BUTTURI JUNIOR, A.; LARA, C. de A. Biopolítica, direitos humanos e resistências: uma análise comparativa das políticas públicas de Saúde para a população LGBT em Florianópolis-SC. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 57, n. 2, p. 645-674, 2018b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651640>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BUTTURI JUNIOR, A. A polivalência tática como teoria da resistência em Michel Foucault. In: BRAGA, A.; SÁ, I. de. *Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade*. Campinas: Pontes, 2020. p.21-46.

BARATA, G. F. *A primeira década da AIDS no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983 a 1992)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. HIV. 2021. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Sou+ Estou Indetectável. 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/indetectavel/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BARAD, K. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. *Vazantes*, v.1, n.1, p.6-34, 2017.

BENNET, J. *Vibrant matter: a political ecology of things*. London: Duke University, 2009.

BRAIDOTTI, R. Posthuman affirmative politics. In: WILMER, S.E.; ZUKAUSKAITÉ, A. *Resisting biopolitics: philosophical, political and performative strategies*. New York: Routledge, 2016. p.30-56.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Trad. Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1, Crocodilo, 2019.

CAMARGO JUNIOR, K. R. de. *As ciências da AIDS e a AIDS das ciências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS, UERJ, 1994.

CANCIAN, N. Governo aposta em medo e repulsa de efeitos de DST em campanha para estimular camisinha. *Folha de São Paulo (on line)*, São Paulo, 31 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/governo-aposta-em-medo-e-repulsa-de-efeitos-de-dst-em-campanha-para-estimular-camisinha.shtml> Acesso em: 30 jan. 2020.

COLETTA, R. D. Pessoa com HIV 'é uma despesa para todos no Brasil', diz Bolsonaro. *Folha de São Paulo (on line)*, São Paulo, 5 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/pessoa-com-hiv-e-uma-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro.shtml#:~:text=Ao%20defender%20nesta%20quarta%2Dfeira.despesa%20para%20todos%20no%20Brasil%22>. Acesso em: 6 fev. 2020.



COWAN, B. A. 'Nosso terreno': crise moral, política evangélica e formação da "nova direita" brasileira. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p.101-125. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752014000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752014000100006&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 30 set. 2019.

DEAN, T. Mediated intimacies: Raw sex, Truvada, and the biopolitics of chemoprophylaxis. *Sexualities*, v. 18, n.1-2, p.224-246, 2005.

DELEUZE, G. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart, Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

FACEBOK disables some... *Washington Post (on line)*, Washington, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2019/12/30/facebook-disables-some-misleading-ads-hiv-prevention-drugs-responding-growing-outcry/>. Acesso em: 20 maio 2020.

FASSIN, D. *Quand les corps se souviennent: expériences et politiques du sida en Afrique du Sud*. Paris: La Découverte, 2006.

FAUSTO NETO, A. *Comunicação e mídia impressa: estudos sobre a Aids*. São Paulo: Hacker, 1999.

FELICIANI, M. Z.; SCHIRMER, L. C.; DALMOLIN, A. R. A atuação de Silas Malafaia contra o PLC 122: análise de suas páginas no Twitter e no Facebook.. *PragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, ano 7, n. 13, 2017.

FERRARI, F. C. Biomedicalização da resposta ao HIV/Aids e o caso da emergência da PrEP: um ensaio acerca de temporalidades entrecruzadas. *Equatorial*, Natal, v.4, n.7, p.313-160, jul./dez.2017.

FÓRUM PREP. Facebook: Fórum PrEP. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/forumprep>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade* - curso no Collège de France, 1975-1976. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II* - Curso no Collège de France (1983-1984). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. Poder-corpo. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 14. ed. Tradução. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009 [1975]. p. 145-152.

FOUCAULT, M. *Os Anormais* – curso no Collège de France, 1974-1975. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

GALVÃO, J. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.

GONZÁLEZ, O. HIV Pre Exposure Profilaxis (PrEP), "The Tuvada Whore", and the new gay sexual revolution. In: VARGHESE, R. (ed.). *RAW: PrEP, Pedagogy, and the Politics of Barebacking*. University of Regina Press, 2019.

GROS, F. *Desobedecer*. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu, 2018.

HALPERIN, D. M. The Biopolitics of HIV Prevention Discourse. In: VERNON, W.; MORAR, N. (ed.). *Biopower: Foucault and beyond*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2016. 199-227.

HALPERIN, D. M.; TRAUB, V. Beyond gay pride. HALPERIN, D. M.; TRAUB, V. (ed.). *Gay Shame*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 2006.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAZZARATO, M. *Fascismo ou revolução?* O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1, 2019.

LUGONES, M. Colonialidad y genero. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colômbia. n.9, p. 73-101, jul/dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf> Acesso em: 2 mar. 2020.

MIGNOLO, W.D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n.34, p.287-324, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para manejo da infecção por HIV em adultos*. [31 jul. 2015].

MONTAGNIER, L. *Virus e homens: AIDS – seus mecanismos e tratamentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

MOMBAÇA, J. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência*. Publicação comissionada pela Fundação Bienal de São Paulo em ocasião da 32ª Bienal de São Paulo – Incerteza Viva, 2016.

ORTEGA, F.; ZORZANELLI, R. *Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PATTON, C. *Inventing aids*. Londres: Routledge, 1991.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, p. 125-157, 2009.

PERLONGHER, N. *O que é AIDS*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRECIADO, P. B. Condoms chimiques. *Liberación*, Paris, 11 juin 201. Disponível em: [https://www.liberation.fr/chroniques/2015/06/11/condoms-chimiques\\_1327747/](https://www.liberation.fr/chroniques/2015/06/11/condoms-chimiques_1327747/). Acesso em: 10 dez. 2020.

PRECIADO, P. B. *Texto yonque*. Madrid: Espasa, 2008.

RIFIOTIS, T. Etnografia no ciberespaço como “repopoamento” e explicação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.31, n.90, p.85-90. Fev. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092016000100085&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092016000100085&script=sci_arttext) Acesso em: 20 mar. 2021.

SOARES, A. S. F. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SCHUBERT, K. The Democratic Biopolitics of PrEP. In: GERHARDS, H.; BRAUN, K. (ed.). *Biopolitiken – Regierungen des Lebens heute*. Politologische Aufklärung – konstruktivistische Perspektiven. Springer VS, Wiesbaden, 2019.

TERTO JR., V.; RAXACH, J. C. Preconceitos e estigmas no caminho para uma prevenção combinada. *Boletim ABIA*, n.63, p.4-7, out. 2018.

THOMAZ, D. O novo azulzinho. *Revista Época*, Rio de Janeiro, 3 abr. 2018.

TREICHLER, P. A. AIDS, Homophobia, and biomedical discourse: an epidemic of signification. *The MIT Press*, v.47, 1987.

VERNAZZA, P. *et al.* Les personnes séropositives ne souffrant d'aucune autre MST et suivant un traitement antirétroviral efficace ne transmettent pas le VIH par voie sexuelle. *Bulletin des Médecins Suisses*, v.89, n. 5, p.165-169, 2008.



Recebido em 10/03/2021. Aceito em 24/04/2021.